

Notas de leitura

FOUCAULT, Michel. (2014). *Aulas sobre a vontade de saber: curso no Collège de France (1970-71)*. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo, WMF Martins Fontes. 303 pp.

FOUCAULT, Michel. (2015), *Œuvres*. Paris, Gallimard, 2 vols. (vol. 1: LVII + 1640 pp.; vol. 2: XXXIX + 1740 pp.) (col. Pléiade).

Andrei Koerner

O volume *Aulas sobre a vontade de saber (AVS)* traz as aulas do primeiro curso de Michel Foucault no Collège de France no ano acadêmico de 1970-1971 e faz parte do projeto de publicação integral de seus cursos, iniciado em 1997 e concluído em 2015. Sua publicação em português mantém nosso público atualizado e assegura a atenção que sua obra sempre despertou entre nós. O texto tem como base os manuscritos de preparação das aulas completados por notas de uma ouvinte, pois, ao contrário dos cursos de outros anos, não há registro gravado das aulas. O volume é completado por duas monografias: uma sobre Nietzsche e outra sobre o saber de Édipo.

As *Œuvres*, publicadas no final de 2015, contêm os livros e outros escritos de Foucault. O projeto da coleção Pléiade é a organização de edições de referência, o que compreende estudos introdutórios, notas explicativas, revisão de texto e referências, bem como a comparação do texto final com variações dos manuscritos.¹ Embora o projeto não deixe de suscitar questões, uma vez que o filósofo se opunha à publicação póstuma de seus inéditos, ele traz informações relevantes para os interessados.

As notas de leitura relacionam as *Aulas sobre a vontade de saber* com outros trabalhos do autor e com as informações trazidas pelos organizadores da Pléiade. A discussão gira em torno de um ponto polêmico, que é a maneira pela qual Foucault pensava as relações entre discurso e poder naquele momento. Outro tema relevante é a análise sobre as formas jurídicas, o que será comentado brevemente no final desta resenha.

Aulas sobre a vontade de saber inicia-se com a aula de 9 de dezembro de 1970, em que Foucault destaca que o propósito do curso, anunciado já no

título, é central em todo o seu trabalho, a tal ponto que suas pesquisas poderiam ser resumidas sob o título geral de “Fragmentos para uma morfologia da vontade de saber”. Depois de indicar os temas de suas atividades futuras, apresenta a questão que orienta seu trabalho: se o discurso da verdade desempenha um papel de exclusão análogo ao exercido pela oposição da razão à loucura e pelo sistema de interditos sexuais (*AVS*, p. 4). Ele inicia a discussão com um texto da *Metafísica* de Aristóteles, segundo o qual todos os homens têm naturalmente o desejo de conhecer, o que Foucault provocativamente afirma ser “muito conhecido, muito banal”.

Esse breve resumo sugere algumas questões: 1) O que significa morfologia, vontade de verdade, conhecimento e vontade de saber?; 2) Por que ele coloca como tema de pesquisa a vontade de saber e o efeito de exclusão do discurso da verdade?; 3) Por que ele inicia a discussão por essa passagem de Aristóteles?; 4) O que é a história externa da verdade?; 5) Como o tema se insere no conjunto dos trabalhos de Foucault?

1. “Morfologia”, o estudo das formas e variações de certa unidade, evidencia a distância da arqueologia foucaultiana das teorias fundadas no sujeito e sua aproximação com as análises de tipo morfodinâmico, como a linguística de Saussure e o estruturalismo de Lévi-Strauss. Estas constituem seu objeto como conjuntos de relações e como relações de relações. Uma análise é estrutural quando se estuda um sistema transformável e as condições em que as transformações se efetuam (Rueff, 2015, pp. 1419-1420). Mas o estruturalismo examina as relações entre as unidades do mito do ponto de vista formal, como uma língua, a partir do princípio da “soberania do significante”. A linguística, por sua vez, define a língua como um nível de análise em que se determinam as regras finitas para que um ato de fala seja dotado de significado. Para Foucault, o discurso não é análogo à língua, pois sua unidade não são signos abstratos, mas os enunciados – eventos materiais, coisas ditas, falas que realizam –, e suas regras não são dadas pelas combinações possíveis de uma estrutura, mas pelo arquivo, que compreende o conjunto dos enunciados de uma época. E seu nível de análise não é a linguagem, mas se dá

no encontro da fala e da “realidade”, ou, em outros termos, é a ordem que faz as palavras e as coisas se sustentarem mutuamente de determinada maneira (Defert, 2015, p. 1453).

A vontade de verdade que está na matriz do discurso filosófico se evidencia no enunciado que afirma o enraizamento do conhecimento no desejo e na sensação de prazer que ele provoca. Isso implica que a filosofia se coloca como o conhecimento supremo dos princípios primeiros e das causas últimas, e acaba por abarcar todas as formas de conhecimento (AVS, p. 14). Por sua vez, o conhecimento é o quadro a partir do qual emerge a vontade de verdade, isto é, o sistema que permite dar unidade prévia, pertencimento recíproco e conaturalidade ao desejo, ao conhecimento e à verdade, e que exclui de seu campo outras formas de saber. Mas o conhecimento emerge em um processo histórico anterior a toda problemática da verdade, no qual está em jogo algo mais fundamental do que a relação entre sujeito e objeto de conhecimento. O saber é uma maneira de conhecer liberada da relação sujeito e objeto, do nexos interno entre desejo e conhecimento, da harmonia entre o homem e as coisas, da pacificação dos instintos (AVS, p. 193). Portanto, “saber” designa o discurso liberado do conhecimento, é o que está à parte, o que é extraído da interioridade do conhecimento, no qual se reencontram o objeto de uma vontade, o fim de um desejo, o instrumento de uma dominação e objeto de uma luta (AVS, p. 18).

2. A primeira sessão do curso de 1970-1971 não está no volume AVS, porque foi a aula inaugural de Foucault no Collège de France, proferida em 2 de dezembro de 1970, e publicada sob o título *L'ordre du discours* (OD) (Foucault, [1971] 2015). Aqui ele apresenta as questões gerais que estão presentes nas demais sessões do curso. No início da aula, Foucault joga com o paradoxo do inaugural, explorando o duplo sentido de “discurso”, o de um ato praticado em determinado momento por um sujeito de acordo com a investidura, os ritos e os objetivos da instituição e o do conjunto de enunciados que articulam determinadas relações entre as palavras e as coisas. Ele se veria dividido entre sua condição de sujeito autorizado a falar e seu desejo

de imergir no discurso. Destaca a ambivalência, a imprevisibilidade e o risco das coisas ditas em contraste com o valor dado a elas pelos rituais da instituição. Mas tal inquietude revela o que moverá seu trabalho: questionar o que há de comum no apaziguamento oferecido pelo desejo de se diluir no fluxo tranquilizador do discurso e a autoridade conferida pela instituição. Ambos eliminam o enunciado como evento e o poder do discurso, que extrapolam o desejo do sujeito e as formas da lei. Portanto, coloca-se o problema de pesquisar o poder do discurso para além de sua suposta transparência e dos ritos que o sustentam. Evidencia-se, assim, o objeto “discurso” como coisa material, dita ou escrita, que veio a existir, que é transitória mas tem duração mais longa que a vida dos indivíduos, em que estão em jogo as lutas e o exercício do poder (OD, pp. 227-228).

Assim, está preparado o campo para sua hipótese de trabalho sobre o poder do discurso e os controles sociais exercidos sobre ele. Se o evento discursivo implica riscos é porque ele põe em jogo o poder e o desejo, e por isso o discurso é objeto e objetivo de lutas, um poder que se busca controlar. Por isso, em toda sociedade existiriam procedimentos de controle sobre as regras de formação do discurso, a circulação e os efeitos sociais (OD, pp. 228-229). A ordem do discurso refere-se, então, aos poderes sociais que o constituem, ao poder social nele incorporado e ao controle dos seus efeitos de poder. Assim, se em *Arqueologie du savoir* (AS) ([1969] 2015) Foucault tinha procurado isolar o discurso como dimensão de análise e elaborar um quadro conceitual e metodológico para a sua descrição, na aula inaugural ele propõe a questão das relações entre discurso e poder, em que a vontade de saber seria entendida como a expressão do desejo anônimo, difuso e historicamente instituído de conhecer. Trata-se da passagem para a dimensão do poder que, naquele livro, havia sido deixada em suspenso ou tratada como um elemento geral no qual estão inseridas as práticas discursivas. Daí que Defert (2015, p. 1454) afirma que em *L'ordre du discours* as relações de poder passam do contexto ao próprio texto, ou à trama, do discurso.

Na aula inaugural, Foucault declara que o tema de suas pesquisas seria o discurso da verdade,

a partilha entre o verdadeiro e o falso. Mas a verdade não seria analisada como um problema interno à filosofia ou à ciência (a verdade ou a falsidade do conteúdo das proposições), mas como uma forma de discurso, ou seja, com as características de todo discurso: ser constituída historicamente, transformar-se com o tempo, apoiar-se em um suporte institucional de exclusão e exercer um poder de constrangimento sobre outros discursos.

A relevância do discurso da verdade é que atuaria como procedimento de exclusão. Ele estabelece uma relação entre o discurso, a fala e as coisas, segundo a qual é verdadeira apenas a proposição cujo conteúdo se adequa à coisa, à sua essência. Ele joga para fora do conhecimento outras formas de experiência e de saber (o trágico, o ato ritual). Mais que isso, procura incorporar as outras formas de discurso à sua lógica, e não cessa de reforçar os processos sociais de exclusão, tornando-os mais profundos e incontornáveis. Pela sua forma, o discurso da verdade poderia parecer liberado do desejo e do poder, mas, ao contrário, é investido por eles e não reconhece a vontade de verdade que o atravessa. Tal discurso expõe uma verdade universal, doce, mas a vontade que o informa é uma máquina prodigiosa de exclusão. Desse modo, as sociedades ocidentais são atravessadas pela vontade de saber que investe de forma anônima no discurso da verdade (*OD*, pp. 233-234 e 245).

Ainda na aula inaugural, ele distingue dois conjuntos de pesquisas para trabalhar essas questões: um crítico e outro genealógico. O primeiro tem como foco os princípios de exclusão, de limitação e de apropriação dos discursos; o segundo se volta a analisar como esses discursos de exclusão se formaram em séries, qual foi a norma de cada uma e quais foram as suas condições de aparição, crescimento e variação (*OD*, p. 251). O conteúdo das *Aulas sobre a vontade de saber* é organizado por esses conjuntos: as três primeiras aulas realizam o lado crítico ao exporem a conaturalidade do desejo, do conhecimento e da verdade no pensamento de Aristóteles, as teses de Nietzsche sobre a vontade de saber e a exclusão dos sofistas do discurso da verdade. As demais aulas realizam o lado genealógico, em que ele se volta para o período anterior à formação do conhecimento, expõe as outras formas de discurso e as lutas efetivas

pelas quais se formou o discurso da verdade – a criação da moeda, o *nomos*, a interiorização dos ritos de purificação da cidade. O texto sobre o saber de Édipo é uma exposição sintética desse processo, no qual a tragédia é tomada como teatro da verdade onde se encena a passagem das formas arcaicas de produção de verdade e poder para o discurso apofântico.

3. Na aula de 9 de dezembro de 1970, Foucault analisa o Livro I da *Metafísica* de Aristóteles, cujo primeiro capítulo assim se inicia: “Todos os homens têm, por natureza, o desejo de conhecer; o prazer causado pelas sensações é prova disso, pois além de sua utilidade, elas nos agradam por si mesmas e, mais do que todas as outras, as sensações visuais” (*AVS*, p. 6). O texto inscreve o desejo de conhecimento na natureza, ligando-o à sensação e ao corpo, dando-lhe por correlato uma forma de prazer. Ao mesmo tempo, ele dá ao desejo de conhecimento estatuto e fundamento na natureza genérica do homem, no elemento da sabedoria. Esse conhecimento só tem finalidade em si mesmo, e o prazer que a contemplação da verdade proporciona é a felicidade. O movimento que leva da sensação ao conhecimento sereno e incorporal das causas já é uma vontade obscura de aceder à sabedoria (*AVS*, p. 13). Por consequência, o corpo e o desejo são elididos, e outras formas de saber são excluídas: a do saber transgressivo, proibido, temível; a da memória que recolhe os enigmas e profetiza; os saberes movidos por outros desejos.

Foucault considera esse trecho um “operador filosófico” que sustenta a própria possibilidade de a filosofia existir como uma forma de discurso. Isso porque esse operador inscreve o desejo de verdade na natureza do homem, confere especificidade a ele, distingue-o dos desejos que o homem tem em comum com os animais e assegura a unidade entre o sujeito de desejo e o sujeito de conhecimento (*AVS*, p. 22). Foucault entende a verdade como a necessidade do homem em geral e, portanto, como garantia do discurso filosófico; ao mesmo tempo, exclui outros tipos de discurso, outros saberes, que envolvem outras sensações, provocam outros tipos de prazer e são movidos por outra ordem de desejos. O operador oculta as bases da filosofia como discurso de verdade, o que suscita a crítica à relação interna entre desejo, conhecimento e verdade.

A crítica de Nietzsche à tese aristotélica é apresentada na aula de 16 de dezembro de 1970. Para o crítico, o conhecimento não está inscrito na natureza humana, ele é invenção; não tem origem na natureza e encontra sua possibilidade em um espaço de jogo onde outra coisa está em questão. Ele resulta de uma operação complexa, que compreende astúcia, maldade e pacto entre paixões, produzindo como efeito reverso a cisão do sujeito, dividido e descentrado em seus desejos. Por isso, não há desejo específico de conhecimento, não há a sensação provocada pela harmonia entre sujeito e objeto, e seu produto é o efeito de paixões diferentes. Em suma, o processo histórico que tem como resultado o conhecimento não tem como elementos estáveis nem o sujeito, nem o objeto, nem as suas relações. Desse modo, o discurso filosófico é uma espécie de ascetismo na produção do conhecimento, mas que se funda sobre o esquecimento de suas próprias origens (AVS, pp. 183-186).

Nietzsche rejeita a própria questão sobre qual é a natureza do conhecimento, porque ela supõe colocar o conhecimento em termos de relação entre sujeito e objeto. Seria preciso ver de fora essa relação, ou seja, fazer uma história externa do conhecimento e da verdade.

4. Descartado o caráter inato, revelado, e a origem do conhecimento, coloca-se a questão do que é a história externa do conhecimento? Qual é a história efetiva da emergência do discurso da verdade? Se em *Arqueologie du savoir* Foucault propôs um método para analisar o saber liberado da relação entre sujeito e objeto, seus textos sobre Nietzsche elaboram as bases para realizar a genealogia do discurso da verdade. Não se trata de projetos distintos, pois, como afirma Defert (2014, p. 246), Foucault relia Nietzsche desde 1966 e nele via a possibilidade de realizar uma “morfologia da vontade de saber na civilização europeia”.

As bases da história externa da verdade são, como se sabe, propostas no ensaio *Nietzsche, la généalogie et l'histoire* (Foucault, [1971] 2015). Philippe Chevallier (2015, pp. 1613-1614) destaca que Foucault passa por Nietzsche para definir sua posição sobre a história da verdade e elaborar os instrumentos para realizá-la. Da obra de Nietzsche,

ele privilegia o aspecto crítico e a maneira de utilizar certos termos, tais como os conceitos de proveniência, emergência e invenção. Foucault busca em Nietzsche não a recusa a toda pretensão ao saber, mas a de uma filosofia da história vergonhosa, que extingue a abertura do devir por uma explicação lógica que coloca os eventos do passado em um mesmo plano e que se encadeia mecanicamente para um resultado.

Se a verdade e o conhecimento são produzidos por um processo complexo, no qual estão em jogo instintos e forças distintas do seu resultado, a realidade única é a vontade de potência. Esta põe sua marca sobre as coisas do mundo exterior, e estas marcas são o elemento em que a verdade se deixa ver. A história externa da verdade se baseia na aparência, como a superfície em que está inscrita a violência da vontade de verdade, tanto quanto a ilusão, o erro e a mentira do discurso da verdade. O foco na aparência aproxima Foucault do positivismo, mas essa perspectiva mantém o conhecimento no germe da humanidade e elimina o devir numa explicação lógica em que os eventos do passado são dispostos em um mesmo plano e se encadeiam para realizar o advento do espírito objetivo. A genealogia, pelo contrário, seria o saber de um devir dividido em si mesmo, indefinidamente plural, feito de múltiplos cruzamentos, de séries múltiplas, aberto ao acaso e sendo ele mesmo uma resposta por acaso ao acaso (manuscrito de Foucault citado por Chevallier, 2015, p. 1612).

5. As *Aulas sobre a vontade de saber* encontram-se em um momento de inflexão do trabalho de Foucault entre *L'archéologie du savoir* e *Surveiller et punir*. O filósofo destacou em diversas ocasiões as diferenças entre as abordagens, pois o método arqueológico se coloca no eixo da verdade e tem propósito descritivo, enquanto a genealogia se coloca no eixo do poder e com objetivo explicativo. Para Dreifuss e Rabinow (1984), a mudança resultou do fracasso metodológico da arqueologia, porque a proposta de descrição formal das práticas discursivas não compreendia as relações de poder na transformação daquelas práticas e não fundamentava o papel crítico do arqueólogo. Esse problema explicaria o hiato de seis anos entre a publicação

dos dois livros, cujas diferenças resultariam da decisão de Foucault de realinhar seu projeto sobre o pensamento de Nietzsche. Daniel Defert (2014, p. 1456) afirma que as duas abordagens são partes complementares de um mesmo complexo de problemas sobre os quais o filósofo se debruçou desde, pelo menos, a elaboração da *Histoire de la folie*. O propósito nietzschiano da arqueologia é indubitável, e o termo genealogia já aparece nos trabalhos anteriores a 1975. Mas em *L'ordre du discours* e nas *Aulas sobre a vontade de saber* ele se refere à genealogia do saber, ou da verdade, complementar à análise crítica da filosofia, cujo objetivo seria fazer a história da passagem das formas distintas de saber para o discurso da verdade.

A questão fica mais clara se levarmos em conta que ele pensa as relações entre práticas discursivas e não discursivas de forma distinta nos trabalhos anteriores e posteriores ao início dos anos de 1970. Nos primeiros, Foucault tinha como foco os saberes como práticas discursivas e as instituições apareciam como a sua concreção ou como seus suportes, ao passo que as outras práticas sociais (não discursivas) apareciam como elemento geral, um dado de certa forma exterior, um contexto, cujas modificações poderiam ter consequências para os saberes. Em *L'ordre du discours*, as instituições não são mais expressão do discurso, mas sua condição de possibilidade, ou melhor, de seu bloqueio (Mélès, 2015, pp. 323-324). É a partir de *Surveiller et punir* que as relações de saber e poder passam a ser a base para a análise da formação e das transformações das práticas discursivas, das técnicas de disciplina dos corpos e de toda a tecnologia de poder.

Mas até o início dos anos de 1970 Foucault adota o que ele chama de concepção jurídica e “negativa” do poder. Ela é evidente em *L'ordre du discours*, em que o discurso da verdade produz efeitos de exclusão, controle ou limitação sobre a produção, a circulação e a recepção dos saberes. Foucault passou a analisar a dimensão estratégica e produtiva das relações de poder quando revisou *Histoire de la folie* e planejou ampliar o período analisado. Propôs-se a substituir a noção de violência pela de microfísica e deslocar o foco da instituição, do modelo familiar e do aparelho de Estado para a dinâmica das táticas e das redes de poder no jogo móvel das

forças (Bert, 2015, pp. 1473-1474). A expressão mais completa da passagem para a genealogia do poder está em *La volonté de savoir* (1976), em que as relações de saber e poder passam ao interior dos corpos, na maneira pela qual os agentes se constituem como indivíduos disciplinados e sujeitos de desejo (Senellart, 2015, p. 1498).

Em conclusão, nas *Aulas sobre a vontade de saber* Foucault inicia as análises sobre as relações entre discurso e poder por meio da combinação da análise crítica do discurso da verdade e de sua genealogia na Grécia antiga. Tais relações estão no cerne de suas preocupações sobre a vontade de saber, tal como expostas na aula inaugural. A inflexão do seu pensamento no período não resulta de uma crise do projeto arqueológico, mas é um desdobramento de uma dimensão cuja elaboração teórica fora deixada em suspenso até sua aula inaugural. Em 1970, Foucault traz as relações de poder para o centro do discurso, mas ainda as pensa segundo o modelo negativo do controle e da repressão. Ele elaborará a noção de produtividade das relações de poder e saber nos cursos ministrados no Collège de France dos anos seguintes.

Acrescente-se que as *Aulas sobre a vontade de saber* trazem relevante material para os pesquisadores interessados nos temas do direito e da justiça. O direito não foi objeto das reflexões de Foucault, mas um foco de análise, dado que “não há discurso judicial em que a verdade não ronde” (AVS, p. 76). A justiça seria um teatro da verdade e, como tal, espaço privilegiado para analisar as articulações entre discurso e poder. Nas conferências de *La vérité et les formes juridiques* ([1973] 1994), ele contrasta a *Iliada* e tragédia *Édipo-Rei*, mostrando que as diferenças nas formas jurídicas para o regimento de um conflito revelam distintas formas de organizar o poder político e as relações com a verdade e com o perigo.

As *Aulas sobre a vontade de saber* trazem os passos intermediários desse contraste: a forma de resolução dos conflitos de classe levou à institucionalização de uma medida comum para as relações econômicas, políticas e sociais na cidade. Nas novas formas jurídicas está presente o sujeito do discurso apofântico: o juiz e a testemunha, que se colocam

como terceiros diante do litígio, tendo por único interesse fazer emergir a verdade. O filósofo grego define a boa forma de governo como a que realiza a justiça, ou uma medida comum de igualdade entre os cidadãos. Elabora uma ética segundo a qual a justiça é a disposição do cidadão-proprietário em agir deliberadamente para realizar a medida comum nas relações com seus iguais. Disposição de caráter natural em termos de origem e finalidade, alcançada pelo conhecimento prático e pela educação na cidade. Esses elementos indicam um possível programa de história externa do direito como discurso da verdade e da justiça como forma social que institucionaliza a produção de saber, as relações de poder e o governo de si e dos outros.

Nota

- 1 A Biblioteca Nacional da França (BnF) disponibilizou para pesquisa o fundo de Foucault, adquirido em 2013. Ele compreende 37 mil folhas de notas de curso, manuscritos inéditos e fichas de leitura. Ela vem completar os materiais do fundo constituído pelo Centro Michel Foucault, que contém suas notas e dossiês de trabalho, arquivos pessoais e editoriais, correspondência e arquivos audiovisuais. Ver http://signets.bnf.fr/html/categories/c_109philo_france.html#6754. Os sites <http://foucaultnews.com> e <http://foucault.info> divulgam as atividades em torno da obra do filósofo.

BIBLIOGRAFIA

- BERT, J.-F. (2015), “Notice: Histoire de la folie à l’age classique”, in M. Foucault, *Œuvres*, Paris, Gallimard, vol. 1, pp. 1463-1474 (col. Pléiade).
- CHEVALILIER, P. (2015), “Notice: Nietzsche, la généalogie, l’histoire”, in M. Foucault, *Œuvres*, Paris, Gallimard, vol. 2, pp. 1611-1615 (col. Pléiade).
- DEFERT, D. (2014), “Situação do Curso”, in M. Foucault. SP, *Aulas sobre a Vontade de Saber*, WMF Martins Fontes, pp. 241-62.
- _____. (2015), “Notice: L’ordre du discours”, in M. Foucault, *Œuvres*, Paris, Gallimard, vol. 2, pp. 1452-1458 (col. Pléiade).
- DREYFUSS, H. & RABINOW, P. (1984), *Michel Foucault: un parcours philosophique*. Paris, Gallimard.
- FOUCAULT, Michel. ([1969] 2015), *L’archéologie du savoir*, in _____, *Œuvres*, Paris, Gallimard, vol. 2, pp. 3-224 (col. Pléiade).
- _____. ([1971] 2015), *L’ordre du discours*, in _____, *Œuvres*, Paris, Gallimard, vol. 2, pp. 227-559 (col. Pléiade).
- _____. ([1971] 2015), *Nietzsche, la généalogie et l’histoire*, in _____, *Œuvres*, Paris, Gallimard, vol. 2, pp. 1281-1304 (col. Pléiade).
- _____. ([1973] 1994), “La vérité et les formes juridiques”, in _____, *Dits et écrits*, Paris, Gallimard, vol. 2, n. 139, pp. 538-646.
- _____. ([1975] 2015), *Surveiller et punir*, in _____, *Œuvres*, Paris, Gallimard, vol. 2, pp. 263-613 (col. Pléiade).
- _____. ([1976] 2015). *La volonté de savoir*, in _____, *Œuvres*, Paris, Gallimard, vol. 2, pp. 617-736 (col. Pléiade).
- MÉLÈS, B. (2015), “Présentation”. *Les Études Philosophiques*, 3: 323-326.
- RUEFF, M. (2015), “Notice: L’archéologie du savoir”, in M. Foucault, *Œuvres*, Paris, Gallimard, vol. 2, pp. 1401-1430 (col. Pléiade).
- SENEILLART, M. (2015), “Notice: La Volonté de Savoir”, in M. Foucault, *Œuvres*, Paris, Gallimard, vol. 2, pp. 1496-1506 (col. Pléiade).

ANDREI KOERNER é professor de ciência política na Unicamp, coordenador do GPD/Ceipoc e pesquisador do Cedec e do INCT/Ineu. No ano acadêmico de 2015-2016 foi pesquisador convidado do Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine (IHEAL), da Université Sorbonne-Nouvelle, Paris III, com bolsa da Capes. E-mail: andreik@uol.com.br.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/319111/2016>